



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2023

(n° 604/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 604

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de novembro de 2023.

Brasília, 20 de Novembro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 860/2023/CC/PR

Brasília, 23 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/11/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4763307** e o código CRC **6BB4972B** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA

CPF.: informações pessoais

ID.: informações pessoais

Filha de informações pessoais e informações pessoais, nasce informações pessoais.

Dados Acadêmicos:

1984	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1985	Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
1992	Mestrado em Teoria Política pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
1996	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2007	Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: <i>A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU.</i>

Cargos:

1986	Terceira-secretária
1991	Segunda-secretária
1999	Primeira-secretária, por merecimento
2003	Conselheira, por merecimento
2007	Ministra de segunda classe, por merecimento
2013	Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1987-1990	Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assistente
1993-1996	Embaixada em Varsóvia, segunda-secretária
1996-2000	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, assistente e assessora
1999-2000	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, chefe, substituta
2000-2001	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
2001-2004	Embaixada em Londres, primeira-secretária
2004-2008	Divisão das Nações Unidas, chefe
2008-2010	Embaixada em Assunção, ministra-conselheira
2010-2011	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe de gabinete
2011-2013	Departamento de Organismos Internacionais, diretora
2013-2014	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe de gabinete
2015	Consulado-Geral do Brasil em Boston, cônsul-geral
2018-22	Embaixada do Panamá, embaixadora
2022-	Instituto Rio Branco, diretora-geral

Condecorações:

2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2013	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2013	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

Assinado eletronicamente por

Fernando de Azevedo Silva

Perdigão

Chefe da Divisão do Pessoal

Em 14/11/2023 às 16:35



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VENEZUELA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Bolivariana de Venezuela
CAPITAL	Caracas
ÁREA	912.050 km ²
POPULAÇÃO (FMI,2022)	28,2 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (167 deputados, mandato de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Nicolás Maduro Moros (Desde 05/04/2013)
CHANCELER	Yván Gil Pinto (Desde 06/01/2023)
PIB NOMINAL (FMI, 2022)	USD 93,11 bilhões
PIB PPP (FMI, 2022)	USD 195,4 bilhões
PIB NOMINAL per capita (FMI, 2022)	USD 3.460
PIB PPP per capita (FMI, 2022)	USD 7.260
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2022)	8% (2022) ;0,5% (2021); -30% (2020); -35% (2019); -19,6% (2018); -15,7% (2017); -17% (2016)
UNIDADE MONETÁRIA	Bolívar
INFLAÇÃO (FMI, 2022)	186,5%
IDH (PNUD, 2021)	0,691 (120º de 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	70,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2019)	97,1%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Manuel Vicente Vadell
EMBAIXADOR EM CARACAS	Maria Teresa Mesquita Pêsoa (Encarregada de Negócios, a.i.)

Intercâmbio Bilateral (USD milhões, FOB) - Fonte: COMEX STAT

Brasil - Venezuela	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (Jan-Out)
Intercâmbio	5.740	3.630	1.690	860	750	501,3	897,6	1.248,5	1.689,9	1.326
Exportações	4.570	2.950	1.280	470	580	420,5	794,9	1.086	1.329,1	989,6
Importações	1.170	680	410	390	170	80,8	102,7	162,5	360,8	336,4
Saldo	3.390	2.270	860	70	410	339,7	692,2	923,5	968,3	653,2

Principais produtos da pauta comercial (2022)

- **Exportações:** açúcares e melaços, 16%; gorduras e óleos vegetais, 15%; outros produtos comestíveis e preparos 12%; desojos comestíveis de carne, 6,7%; etc.
- **Importações:** adubo ou fertilizantes químicos, 48%; alumínio, 22%; álcoois, fenóis, 18%; demais produtos - indústria de transformação, 4,4%; etc.

APRESENTAÇÃO

Brasil e Venezuela estabeleceram relações diplomáticas em 1830 e, em 1905, demarcaram suas fronteiras.

O Brasil divide com a Venezuela sua terceira maior fronteira terrestre, com extensão de 2.199 km. O único passo de fronteira que conta com acesso rodoviário é Santa Elena de Uairén/Pacaraima (Roraima). Por muito tempo, a Amazônia, que era pouco conectada a outras regiões dos dois países, representou uma barreira física para a maior aproximação bilateral. A partir dos anos 1970, os dois países estreitaram relações nos âmbitos bilateral e regional.

Desde 1973, encontros presidenciais regulares e frequentes visitas oficiais de lado a lado imprimiram dinamismo à agenda comum, que compreende temas de interesse estratégico, como cooperação energética, questões fronteiriças, intercâmbio comercial, temas econômico-financeiros, movimentos populacionais e integração regional.

Existem importantes contingentes de migrantes dos dois países em ambos os territórios. A comunidade brasileira na Venezuela é estimada em 13 mil pessoas. Segundo as estimativas mais recentes, haveria em torno de 500 mil venezuelanos no Brasil. A Operação Acolhida, força-tarefa multissetorial para garantir o atendimento ao venezuelanos, criada em 2018, é considerada exemplo de resposta humanitária a fluxos migratórios.

O comércio bilateral aumentou qualitativamente na primeira década do século XXI, tendo alcançado USD 6 bilhões em 2013. Naquele período, o Brasil mantinha com a Venezuela um dos maiores saldos comerciais, e o país despontava no grupo de países para o qual se destinavam as exportações brasileiras de maior valor agregado. A corrente comercial entre os dois países teve redução de quase 92% entre 2013 e 2019, quando caiu para USD 501 milhões. Mais recentemente, voltou a crescer, atingindo o patamar de USD 1,6 bilhão em 2022, e passou a ter maior peso nas exportações pelos estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima e Amazonas.

A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas. No entanto, o país vem enfrentando declínio de sua produção petrolífera na última década. A queda na produção se dá no contexto de crise multidimensional venezuelana, que decorre da conjuntura interna e, em grande medida, das sanções unilaterais aplicadas por terceiros países. Além de cobrarem alto preço ao povo venezuelano, as sanções têm efeitos sobre as economias da América do Sul e do Caribe.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente da República, Nicolás Maduro. Nasceu em Caracas, em 23 de novembro de 1962. Foi membro da Diretoria do Metrô de Caracas, fundador do Novo Sindicato do Metrô de Caracas e da Força Bolivariana de Trabalhadores. Atuou no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200). Participou da fundação do Movimento V República (MVR), do qual foi Diretor Nacional e Chefe da Equipe Parlamentar. Elegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1998. No ano seguinte, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 2000 e 2005, foi eleito Deputado da Assembleia Nacional, casa legislativa que presidiu em 2005. Foi Chanceler de agosto de 2006 a janeiro de 2013. Foi nomeado Vice-Presidente Executivo pelo então Presidente Hugo Chávez, em outubro de 2012. Tomou posse como Presidente Encarregado em março de 2013 e foi eleito Presidente em abril daquele ano. Foi reeleito em maio de 2018, iniciando o segundo mandato em janeiro de 2019.



Ministro das Relações Exteriores, Yván Gil. Nasceu em Maracay, em 15 de agosto de 1975. Tem mestrado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Central de Venezuela - UCV (2003) e doutorado em Ciências e Procedimentos Biológicos e Industriais pela Universidade de Montpellier II, na França (2007). Presidiu o Instituto Nacional de Investigações Agrícolas - INIA (2008-13). Assumiu o Ministério da Agricultura e Terras em duas ocasiões (2013-14 e 2015-16). Foi Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Segurança e Soberania Alimentar e presidiu a empresa estatal Agropatria. Na Chancelaria, atuou como Vice-Ministro das Relações Exteriores para Europa (2017-21) e como Encarregado de Negócios da Venezuela junto à União Europeia (2021-22). Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores em 6 de janeiro de 2023.

Após mais de seis anos de interrupção da agenda de cooperação bilateral, está em curso processo de normalização das relações entre o Brasil e a Venezuela. A Embaixada do Brasil em Caracas foi reaberta em janeiro de 2023, o que permitiu o reestabelecimento dos contatos entre autoridades das mais diferentes áreas dos dois governos. A repartição diplomática voltou também a prestar serviços consulares e assistência à numerosa comunidade brasileira naquele país.

O adequado seguimento da agenda de interesse comum com a Venezuela exige a retomada plena das relações bilaterais – que abrangem pautas econômica, comercial, energética, consular, migratória e de infraestrutura, entre outras. O diálogo permanente faz-se necessário também para o equacionamento das questões transfronteiriças que afetam as populações brasileiras, inclusive comunidades indígenas, que vivem nas áreas do Arco Norte limítrofes com a Venezuela.

Ao longo de 2023, realizaram-se mais de oitenta encontros entre autoridades de diversas áreas dos governos dos dois países. Nesses encontros, foram tratados assuntos de interesse recíproco, como proteção ambiental na Amazônia, cooperação em saúde e educação na faixa de fronteira, integração energética, a crise sanitária no Território Indígena Yanomami, comércio bilateral, cooperação técnica e humanitária e o reestabelecimento dos pagamentos da dívida venezuelana com o governo brasileiro.

A visita do Presidente Nicolás Maduro a Brasília, em 29 de maio de 2023, representou marco relevante no processo de reatamento dos laços históricos entre os dois países. O encontro entre o senhor presidente da República e o presidente da Venezuela permitiu que os mandatários passassem em revista os temas bilaterais identificados como mais relevantes para o relançamento das relações. Foi também oportunidade para a discussão de tópicos regionais e multilaterais.

Nos meses que precederam a visita, foi realizado exercício conjunto de resgate e depuração dos temas da pauta bilateral, com vistas a definir aqueles que poderiam integrar, em um primeiro momento, o esforço de reconstrução da pauta comum.

Merece destaque também a visita, em agosto, da vice-presidente Delcy Rodríguez, que representou a Venezuela na Cúpula da Amazônia, em Belém.

Intercâmbio comercial

O comércio do Brasil com a Venezuela é regulado pelo Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE-59 MERCOSUL-Colômbia-Ecuador-Venezuela).

O fluxo comercial bilateral atingiu seu ápice em 2012, quando as trocas comerciais chegaram a quase USD 6 bilhões, com superávit brasileiro de USD 4 bilhões. Em 2013, a corrente comercial manteve-se no patamar de USD 6 bilhões, com saldo brasileiro de USD 3,7 bilhões. De 2012 a 2019, houve queda de mais de

90% do fluxo comercial, por conta da crise política e econômica por que passa o país vizinho. Naquele último ano, as trocas comerciais reduziram-se a USD 501 milhões.

Desde 2020, o intercâmbio voltou a crescer, impulsionado pelo forte aumento das exportações de produtos agrícolas dos estados fronteiriços do Amazonas e de Roraima. Em 2022, chegou a USD 1,6 bilhão, com saldo favorável ao Brasil de USD 968 milhões. Em termos da composição, houve mudança de perfil das exportações brasileiras, com a substituição de manufaturados por bens com menor valor agregado, em especial gêneros alimentícios. Açúcares e melaços, gorduras e óleos vegetais e adubos ou fertilizantes químicos são os principais produtos da pauta comercial hoje.

Infraestrutura e cooperação energética

O intercâmbio de energia elétrica com a Venezuela é considerado de importância estratégica para o suprimento de Roraima, único estado brasileiro que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Roraima recebeu energia elétrica gerada na Venezuela por meio de contrato de 20 anos entre a Eletronorte e a estatal venezuelana Corpoelec (junho/2001 a junho/2021).

Desde a expiração do contrato, o abastecimento elétrico de Roraima tem sido feito por termoeletricas a diesel, o que demanda difícil logística e resulta no aumento no custo de energia, além de ser mais poluente.

A retomada do fornecimento de eletricidade pela Venezuela representaria uma contribuição para a segurança e a estabilidade energética de Roraima e constituiria uma alternativa limpa e mais barata de energia com relação às fontes termoeletricas que atualmente garantem o abastecimento daquela unidade da federação. O Ministério de Minas e Energia estima que, além do menor impacto ambiental, a medida poderia representar uma economia de 120 milhões de reais por ano para o consumidor brasileiro.

O Decreto nº 11.629, de 4 de agosto de 2023, estabeleceu marco legal para a importação de energia elétrica de países vizinhos para abastecer os sistemas isolados em território brasileiro, buscando melhorar o acesso à eletricidade das populações que vivem em regiões que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Ministério de Minas e Energia realizou visita oficial a Caracas em outubro, ocasião em que foi conformado grupo de trabalho bilateral para tratar da integração energética. A expectativa é de que, muito em breve, sejam iniciados testes de carga e transmissão de energia da Venezuela para o Brasil.

Combustíveis fósseis

A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas, seguida pela Arábia Saudita (298 bilhões). No entanto, o país vem enfrentando declínio de sua produção petrolífera, com queda de 75% na última década. Atualmente, ocupa apenas a 25ª posição entre os maiores produtores de petróleo, com

732 mil barris/dia em janeiro de 2023. Em 2016, o país produzia cerca de 2,5 milhões de barris diários.

O declínio da produção nos últimos anos deve-se em parte à situação doméstica mas principalmente às sanções adotadas pelos Estados Unidos, a partir de janeiro de 2019, e, em menor medida, pelo Canadá e por países europeus.

Na esteira dos Acordos de Barbados, assinados entre a oposição e o governo venezuelanos em 17 de outubro, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou nota, em 18 de outubro, em que anuncia o levantamento parcial das sanções aplicadas à Venezuela. Entre outras medidas, foi determinada a emissão de licença geral de seis meses que autoriza transações que envolvam o setor de petróleo e gás na Venezuela. Desde a publicação, diferentes países realizaram missões técnicas à Venezuela motivadas pelo interesse em voltar a atuar no setor de hidrocarbonetos no país.

A Petrobras não tem operações na Venezuela desde 2012.

Dívida

Desde meados de 2017, a Venezuela está inadimplente com o Brasil em contratos de financiamento a exportações. Essas operações contam com a garantia da União, por meio do Seguro de Crédito à Exportação / Fundo de Garantia à Exportação (SCE/FGE).

Com o inadimplemento, a União indenizou os financiadores e sub-rogou-se nos créditos inadimplidos, tornando-se credora do governo venezuelano. Até 31/10/2023, o total indenizado pelo governo brasileiro é de US\$ 1.177.784.027,82. Há, ainda, obrigações do governo venezuelano a vencer, até 08/01/2025, que perfazem total de US\$ 90 milhões, dos quais US\$ 34 milhões já foram acionados pelos financiadores, com indenização prevista para efetivar-se em fevereiro de 2024. Além desses montantes, que constituem o principal da dívida, Brasil e Venezuela encontram-se em negociações com vistas à conciliação dos valores referentes aos juros de mora.

A partir de 2017, diversas tentativas de recuperação de crédito foram realizadas sem sucesso pelo governo brasileiro, o que contou, inclusive, com o envio de mais de onze ofícios de cobrança à representação diplomática da Venezuela em Brasília. Com o reestabelecimento da unidade governamental venezuelana em 2022 e a reaproximação dos países em 2023, o processo para regularização da dívida foi reiniciado, por meio da criação de Mesa Técnica para Negociação, coordenada pela SAIN/MF e integrada por MRE, BCB, SE-Camex/MDIC, STN, PGFN e BNDES. No lado venezuelano, a coordenação é conduzida pelo Ministério de Indústrias e Produção Nacional.

Realizaram-se, até o momento, duas reuniões da Mesa Técnica. A primeira ocorreu em 20/07/2023 e consistiu na retomada das discussões em torno da dívida, a definição de pontos focais e o envio pelo Brasil do montante devido. A segunda transcorreu-se em 01/09/2023 e teve como pauta uma apresentação da situação econômica da Venezuela, a cobrança pelo Brasil da retomada dos pagamentos a

vencer e uma discussão em torno do cálculo de juros de mora. Uma terceira reunião está prevista para ocorrer em breve, quando se espera que a contraparte apresente proposta de pagamento de sua dívida ao governo brasileiro.

A suspensão, em outubro de 2023, de parcela das sanções impostas pelos EUA à Venezuela no setor de óleo e gás ampliou as possibilidades para liquidação da dívida venezuelana, embora essa situação possa ser revertida no curto prazo, em razão de possíveis mudanças nos cenários políticos da Venezuela e dos EUA.

Cargas retidas na fronteira

Em decorrência da interrupção dos contatos oficiais com o governo venezuelano, em 2019, suspenderam-se também as tratativas entre autoridades agrícolas, particularmente aquelas referentes a negociações para habilitação ou reabilitação de frigoríficos para exportação de carnes à Venezuela, bem como negociações sanitárias e fitossanitárias para abertura do mercado venezuelano a novos produtos. Como desdobramento dessas circunstâncias, desde fevereiro deste ano, cargas de alimentos exportadas para a Venezuela vêm sofrendo retenções pelas autoridades venezuelanas no passo de fronteira Pacaraima/RR-Santa Elena.

O tema tem sido objeto de gestões pelo governo brasileiro e pela Embaixada em Caracas. Segundo as autoridades venezuelanas, a retomada do comércio de alimentos pela fronteira depende da normalização dos trâmites alfandegários e sanitários desse comércio.

Segurança e defesa

A cooperação relacionada à segurança pública entre Brasil e Venezuela tem ganhado importância em vista da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, mineração ilegal e tráfico de drogas.

A mineração ilegal e o tráfico ilícito de ouro são apontados como ponto de especial preocupação, por serem utilizados por grupos criminosos não apenas para obtenção de ganhos diretos, mas também para lavagem de dinheiro e financiamento de outros crimes e de contrabando. A Polícia Federal já fez operações contra o fluxo ilícito de ouro, como a “Operação Hespérides”, deflagrada em dezembro de 2019.

Registra-se o ingresso de colombianos e venezuelanos para atuar no garimpo em território brasileiro. Há também relatos de deslocamento de garimpeiros brasileiros da terra indígena Yanomami do Brasil para a Venezuela.

É igualmente motivo de preocupação a presença de grupos criminosos dos dois países que atuam no tráfico de drogas e de armas na fronteira Brasil-Venezuela. Há, ainda, relatos de tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes na região, impulsionado pelo êxodo venezuelano, assim como pelo garimpo ilegal.

De outra parte, é de interesse dos dois países o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de defesa. Há grande potencial de estabelecimento de iniciativas conjuntas na área de defesa. Em 2013, a Venezuela apresentou minuta de Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa entre Brasil e Venezuela. As últimas visitas dos

ministros da Defesa aconteceram em 2012, a Caracas, e em 2013, a Brasília, respectivamente.

Até o fechamento da Embaixada em Caracas, em 2020, o Brasil mantinha adidâncias militares e da Polícia Federal na Venezuela. Com a reabertura da Embaixada, em janeiro de 2023, estuda-se a possibilidade de reativação das adidâncias.

Cooperação técnica e humanitária

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela foi firmado em 1973 (celebra-se, portanto, no corrente ano, seu 50º aniversário de assinatura).

No contexto de relançamento das relações com a Venezuela, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica em Caracas, em 18 e 19 de maio de 2023. Durante a visita, foi negociado o Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela para o período de 2023 a 2025. O novo programa enumera as seguintes áreas prioritárias iniciais: a) temas agroalimentares, incluindo a cooperação em matéria de soberania e segurança alimentar e nutricional, e de desenvolvimento da fronteira comum amazônica; b) saúde, incluindo iniciativas coordenadas em zonas de fronteira; c) pesca e aquicultura, com especial atenção para a troca de experiências na organização social da pesca e da aquicultura artesanais, no fortalecimento institucional dos ministérios competentes na matéria e no desenvolvimento de projetos ligados ao cultivo de espécies autóctones e para modelos de desenvolvimento aquícola; d) temas sociais, com ênfase na transversalidade do enfoque de gênero e na superação da pobreza; e e) gestão de riscos, desastres e proteção civil, com apoio mútuo em diferentes emergências, inclusive aquelas relacionadas à mudança de clima e a situações de insegurança alimentar e nutricional.

A implementação das iniciativas previstas no Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela contribuirá para reestabelecer e fortalecer vínculos institucionais que permitam a reaproximação entre as duas sociedades, com benefícios concretos para as populações brasileira e venezuelana. Entre os dias 13 e 14 de novembro, realizou-se, em Caracas, a I Reunião do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela.

Temas migratórios e consulares

O fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela é o maior da história do continente e uma das maiores crises de deslocamento no mundo atualmente. Segundo o ACNUR e a OIM, aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país. Desse total, 6,5 milhões de migrantes estariam na América Latina e Caribe, principalmente na Colômbia (2,9 milhões), Peru (1,5 milhão) e Brasil (499 mil).

O ingresso de nacionais venezuelanos em território brasileiro não requer prévia emissão de visto, em função de acordo bilateral (1990). A maior parte entra através

da fronteira em Pacaraima (RR), onde recebe informações básicas sobre o Brasil e sobre as possibilidades de regularização migratória.

Na condição de residentes, os cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil recebem documentação e têm amplo acesso a todos os serviços públicos, ao mercado de trabalho formal e a todos os benefícios sociais, sem nenhuma discriminação, conforme as garantias previstas na legislação sobre refúgio (lei nº 9474/1997) e migração (lei nº 13.445/2017).

A Operação Acolhida, coordenada pela Casa Civil, constitui a base da resposta brasileira ao fluxo de migrantes venezuelanos. Trata-se de força-tarefa multisetorial criada em 2018, que reúne agências governamentais, além da sociedade civil e organismos internacionais, e assenta-se sobre três pilares: ordenamento da fronteira (recepção), abrigo e interiorização voluntária. Mais de 110 mil venezuelanos beneficiaram-se da interiorização, em cerca de 920 municípios.

POLÍTICA INTERNA

As eleições presidenciais na Venezuela estão previstas para o segundo semestre de 2024, em data ainda a ser definida. Nos últimos dois anos, houve avanços nas negociações entre situação e oposição com vistas à realização de eleições justas, inclusivas e transparentes, em condições que sejam aceitáveis para as duas partes.

O reinício das negociações se dá após período de ruptura do diálogo político, na sequência da contestação, por siglas e lideranças opositoras, de processos eleitorais recentes (2018, 2020 e 2021). Nas eleições regionais e municipais realizadas em novembro de 2021, candidatos da aliança do partido PSUV (governo) venceram a disputa para o governo em 19 dos 23 estados, além do distrito de Caracas, e foram eleitos para cerca de dois terços das prefeituras. Embora tenha conquistado número total de votos menor do que em processos eleitorais anteriores, os resultados demonstram que o governo continua a contar com força eleitoral em todo o país.

Em agosto de 2021, o governo venezuelano e alguns setores da oposição venezuelana (Plataforma Unitária) lançaram, na Cidade do México, processo de diálogo, sob facilitação da Noruega. Em novembro de 2022, o processo foi retomado, após um ano de suspensão, com a assinatura de acordo que previa a liberação de parte dos recursos venezuelanos congelados no exterior para destinação, com o apoio da ONU, para a área social e humanitária. O governo venezuelano passou a condicionar a realização de nova reunião da mesa de diálogo à liberação de recursos.

Na esteira de conversas com os Estados Unidos, o governo de Nicolás Maduro e Plataforma Unitária voltaram à mesa de diálogo em 17 de outubro, em Bridgetown, Barbados. O Embaixador Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, tomou parte nas reuniões. Na ocasião, foi anunciada a assinatura, entre governo e oposição, de dois acordos. Os entendimentos definem parâmetros para a realização das eleições presidenciais previstas para o segundo semestre de 2024, incluindo o convite a missões internacionais de observação

eleitoral, atualização dos registros eleitorais, liberdade de imprensa, e compromisso com o reconhecimento público dos resultados. Abrem caminho, por outro lado, para o levantamento progressivo de sanções impostas à Venezuela.

No dia 18 de outubro, o Departamento de Estado publicou nota em que anunciou o “alívio das sanções dos Estados Unidos em resposta a medidas concretas tomadas rumo a eleições competitivas e ao respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais”. Três medidas foram anunciadas: (i) a já mencionada emissão de licença geral de seis meses autorizando transações envolvendo o setor de petróleo e gás na Venezuela; (ii) emissão de uma segunda licença geral autorizando negociações com a Minerven – empresa estatal venezuelana de mineração de ouro (quanto a esta licença, não há especificação de prazo para sua validade); e (iii) retirada da proibição de negociação secundária de certos títulos soberanos venezuelanos e de dívida e ações da PdVSA (embora a proibição de negociação no mercado primário de títulos venezuelanos permaneça em vigor). Nos dias seguintes, o governo venezuelano libertou presos ligados à oposição.

A oposição venezuelana passa por processo de reconfiguração. No final de dezembro de 2022, a Assembleia Nacional eleita em 2015, de maioria opositora, decidiu renovar o próprio mandato por mais um ano. Na ocasião, decidiu pelo fim da Presidência Encarregada de Juan Guaidó e assumiu suas atribuições, inclusive a gestão de ativos no exterior.

Alguns partidos de oposição reunidos na Plataforma Unitária realizaram primárias em 22 de outubro, para definir candidato único. A candidata María Corina Machado, do partido *Vente Venezuela*, sagrou-se vencedora das primárias, com ampla vantagem (92,6%). Pouco antes, no início de julho, a Controladoria-Geral da República havia inabilitado Machado por 15 anos, de maneira que permanece incerta a perspectiva de inscrição da sua candidatura. A esse respeito, um dos acordos de Barbados adotados em 17 de outubro dispõe que os partidos terão direito de livre escolha de candidatos, “observadas a Constituição e as leis venezuelanas”.

Novos partidos opositores, que tiveram bom desempenho no último processo eleitoral e firmam-se como força política relevante, buscam maior espaço no cenário político venezuelano e tencionam lançar candidaturas independentes.

POLÍTICA EXTERNA

Nos últimos anos, o governo Maduro aprofundou vínculos políticos e econômicos com aliados extrarregionais, sobretudo Rússia, China, Irã, Índia e Turquia. Tal orientação buscou contornar a situação de isolamento que sucedeu o não reconhecimento de parte da comunidade internacional à legitimidade das eleições presidenciais de maio de 2018, quando vários países passaram a apoiar o presidente encarregado Juan Guaidó, escolhido indiretamente, em procedimento atípico, pela Assembleia Nacional de 2015, de maioria opositora. A necessidade de fortalecer essas novas parcerias foi acentuada pelas restrições derivadas do regime de sanções econômicas, particularmente o norte-americano. Durante a pandemia, a Venezuela

estreitou ainda mais os vínculos com esses países, os quais prestaram cooperação em saúde e permitiram que o país tivesse acesso a vacinas e insumos médicos no contexto difícil da crise sanitária, agravado pelas referidas sanções unilaterais. No âmbito regional, Cuba destacou-se como país solidário à Venezuela, tendo fornecido vacinas contra a COVID-19 em momento crítico para o país.

Durante o período mais recente, Guaidó gradualmente perdeu grande parte dos reconhecimentos internacionais com que contava, tendo boa parte da comunidade internacional normalizado relações com Caracas. Com o fim da Presidência Encarregada de Guaidó, por determinação da Assembleia Nacional de 2015, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido e poucos outros países mantiveram o reconhecimento à própria Assembleia Nacional de 2015, continuando a desconhecer o governo em Caracas. Apesar dessa decisão, a administração Biden voltou a manter contatos com o Governo Maduro e promoveu flexibilizações no regime de sanções. Na União Europeia (cuja maioria dos estados-membros optou, em fevereiro de 2019, pelo reconhecimento à Presidência Encarregada), Guaidó e a Assembleia Nacional de 2015 tiveram seu status revisado, passando a ser qualificados, em janeiro de 2021, apenas como “atores importantes e interlocutores privilegiados”.

Relações com a América do Sul

Desde 2019, houve significativas alterações nos posicionamentos sul-americanos a respeito do dossiê venezuelano. O Equador é o único país da região que não reconhece o Governo Maduro hoje, mantendo relações apenas em nível consular. Entre os demais países, aqueles que chegaram a romper relações com Caracas paulatinamente as restabeleceram.

O Governo brasileiro considera que o engajamento do Brasil e de outros países vizinhos com a Venezuela deve ser construtivo, buscando apoiar os processos de diálogo em curso entre as forças políticas venezuelanas. Tal orientação é uma maneira de reverter o isolamento do país, que agravou a crise em que se encontra.

Brasil e Colômbia são os países que têm vínculos econômicos e políticos mais densos com a Venezuela atualmente. Bogotá procedeu à normalização das relações após a troca de governo em 2022. O presidente Petro já realizou quatro visitas a Caracas e houve diversos encontros entre chanceleres. Em 25 de abril, a Colômbia sediou, em Bogotá, a Conferência Internacional sobre o Processo Político na Venezuela, por iniciativa do Presidente Petro. Da reunião participaram países latino-americanos (Brasil) e europeus, além dos Estados Unidos, Canadá e África do Sul. Assim como o Embaixador Celso Amorim, o Chanceler Álvaro Leyva acompanhou a recente assinatura dos chamados Acordos de Barbados, entre o governo venezuelano e a oposição, em 17 de outubro.

Em 17 de julho, à margem da Cúpula UE-CELAC, ao lado do Presidente Lula, os Presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, da Argentina, Alberto Fernandez, e da França, Emmanuel Macron, e o alto representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell, reuniram-se com Delcy Rodriguez, vice-presidente da Venezuela, e Gerardo Blyde, negociador-chefe da Plataforma

Unitária. Na ocasião, os chefes de Estado e o alto representante instaram as forças políticas venezuelanas a retomarem o diálogo no âmbito do processo do México, e fizeram apelo em prol de uma negociação que leve à organização de eleições justas e livres, acompanhada da suspensão das sanções unilaterais contra o país.

Ainda no entorno regional, reveste-se de particular sensibilidade o relacionamento da Venezuela com a Guiana, em razão da disputa fronteiriça no Essequibo, objeto de comentários mais pormenorizados a seguir. Num primeiro momento, a Guiana associou-se à declaração que considerou ilegítimas as eleições presidenciais de 20 de maio de 2018. A despeito disso, a Guiana não reconheceu Juan Guaidó como presidente interino e preservou as relações com o governo venezuelano, optando por associar-se à posição da CARICOM. A Guiana também tem sido afetada pelo êxodo venezuelano. Estima-se que entre 20 mil e 40 mil venezuelanos residam hoje no país.

Essequibo

A questão do Essequibo é o principal contencioso da política externa da Venezuela. A Venezuela reclama cerca de dois terços do território guianês para si, contestando laudo arbitral de juízes britânico, norte-americano e russo que, em 1899, quando a Guiana era ainda colônia britânica, reconheceu a região a oeste do Rio Essequibo como parte da Guiana Inglesa.

Em 1966, os dois países assinaram o Acordo de Genebra, que previa bons ofícios do Secretário-Geral da ONU para dirimir a questão. Os esforços de mediação não tiveram êxito. Com a descoberta de petróleo na Zona Econômica Exclusiva da Guiana, em 2015, o tema voltou à tona. Em 2018, o Secretário-Geral das Nações Unidas, com base no Acordo de 1966, escolheu a Corte Internacional de Justiça (CIJ) como meio de resolver a questão. A Guiana pediu à Corte, nesse contexto, que confirmasse a validade e o efeito vinculante da decisão arbitral de 1899. Em dezembro de 2020, a CIJ considerou-se competente para julgar a questão. O Governo venezuelano apresentou formalmente objeção preliminar à decisão da CIJ, a qual foi rejeitada pela corte em 6 de abril de 2023. O governo venezuelano tem até 8 de abril de 2024 para apresentar sua defesa à Corte.

O Governo brasileiro defende a solução pacífica da controvérsia bilateral entre a Venezuela e a Guiana. O Brasil recorda, a esse respeito, o compromisso dos países da região com a consolidação da América do Sul como uma zona de paz e cooperação.

Relações com o Caribe

Apesar da crise econômica da última década, a Venezuela ainda conserva parcela ponderável de sua tradicional influência sobre o Caribe, a qual, no passado, baseava-se no funcionamento do mecanismo Petrocaribe, de cooperação econômica energética. No entanto, a capacidade operativa da iniciativa, na atualidade, é limitada.

Durante a assinatura dos Acordos de Barbados, em 17 de outubro, o Ministro de Relações Exteriores barbadiano, Jerome Walcott, em seu discurso, lembrou

a solidariedade da Venezuela com seus vizinhos caribenhos em momentos de crise energética, sublinhando que os acordos tinham implicações significativas para os países da região, que haviam se beneficiado da iniciativa Petrocaribe desde 2005.

Um mês antes, em 20 de setembro, o Ministro de Energia e Indústrias Energéticas de Trinidad e Tobago, Stuart Young, assinou com seu homólogo venezuelano Pedro Tellechea acordo que permitirá ao país importar gás do campo de Dragon, situado em águas venezuelanas adjacentes ao mar territorial trinitário. As reservas estimadas do campo de Dragon equivalem a 4,2 trilhões de pés cúbicos de gás.

Relações com Estados Unidos

Em dezembro de 2022, após a decisão da Assembleia Nacional eleita em 2015, controlada pela oposição, de encerrar a Presidência Encarregada de Juan Guaidó, o governo norte-americano manteve o reconhecimento àquela Assembleia. No entanto, reverteu política de não manter contatos diretos com o governo venezuelano.

Nos últimos meses, autoridades norte-americanas reuniram-se com oposição e governo venezuelanos, apoiando avanços no diálogo político que permitiram a assinatura dos Acordos de Barbados, em 17 de outubro. Paralelamente houve alguma flexibilização do regime de sanções.

Em 18 de outubro, Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Reino Unido divulgaram declaração conjunta em que saudaram o anúncio da retomada das negociações entre governo e oposição da Venezuela. O secretário de Estado assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Brian Nichols, avaliou que o acordo intra-venezuelano poderá pavimentar o caminho para a realização de eleições "competitivas" e para o "retorno da estabilidade econômica e da segurança" na Venezuela.

No mesmo dia, o Departamento de Estado publicou nota em que anunciou o “alívio das sanções dos Estados Unidos, em resposta a medidas concretas tomadas rumo a eleições competitivas e ao respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais”.

Relações com a China

O presidente Nicolás Maduro, esteve em viagem oficial à China, entre os últimos dias 8 e 14 de setembro. Durante a visita, os dois países estabeleceram "parceria estratégica para qualquer tempo" ("all-weather strategic partnership") e assinaram acordos de cooperação em temas como comércio, educação, turismo, comunicação, espaço, aviação civil e ciência e tecnologia. Na ocasião, o presidente Xi Jinping afirmou que China e Venezuela "são bons amigos, que confiam um no outro e bons parceiros para o desenvolvimento comum". Apontou também que a China enxerga as relações com a Venezuela de maneira estratégica e de longo prazo e que "apoia firmemente os esforços da Venezuela para defender sua soberania, dignidade e estabilidade social, bem como a justa causa de oposição à interferência estrangeira".

A Venezuela é o primeiro país da América Latina a estabelecer "parceria estratégica para qualquer tempo" com a China.

Relações com a Rússia

A Rússia é um dos principais aliados do governo venezuelano. Esteve entre os dezessete países que reiteraram apoio a Maduro em janeiro de 2019, após o juramento de Juan Guaidó como presidente encarregado (posição extinta no final de 2022, conforme já mencionado). A relação bilateral é marcada por frequentes visitas de alto nível. O diálogo fluido reflete-se em densos laços econômicos, que servem de amparo à Venezuela em meio à crise macroeconômica do país.

A participação russa na economia venezuelana dá-se especialmente por meio de contratos de longo prazo em setores estratégicos, como energia e infraestrutura, acompanhados de linhas de financiamento soberanas e privadas. Destacam-se, ainda, os vínculos na área de segurança e defesa.

O Chanceler russo, Sergey Lavrov, realizou périplo pela região da América Latina e do Caribe em abril último. Na capital venezuelana, em 18 de abril, Lavrov foi recebido pelo presidente Nicolás Maduro. No plano retórico, Lavrov expressou o "apoio inabalável" de Moscou aos esforços do governo venezuelano para estabilizar a situação interna do país. Já em temas internacionais, Lavrov definiu Caracas como "um dos parceiros mais confiáveis da Rússia", conectados por estreita parceria estratégica e proximidade de abordagens em questões da agenda global.

Situação da Venezuela no MERCOSUL

Desde 2016, a Venezuela está suspensa de todos os seus direitos e obrigações como Estado-parte do MERCOSUL. A suspensão teve como fundamentos (i) o descumprimento de obrigações previstas em seu Protocolo de Adesão ao MERCOSUL e (ii) a aplicação do Protocolo de Ushuaia. A reincorporação da Venezuela ao bloco depende do consenso entre os demais Estados-partes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Venezuela já havia se manifestado favoravelmente à candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança no passado. Durante o encontro presidencial de maio de 2023, o Presidente Nicolás Maduro reafirmou o apoio venezuelano à aspiração do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tratamento da situação dos direitos humanos na Venezuela

O dossiê venezuelano sobre direitos humanos multilateralizou-se nos últimos anos, com o acompanhamento da situação pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH), pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a Venezuela (EACDH) e por meio de Missão de Verificação dos

Fatos daquele órgão (desde 2019), e a abertura de investigação formal pelo Tribunal Penal Internacional (2021) por alegados crimes contra a humanidade cometidos por agentes do estado.

O EACDH tem salientado, recentemente, contar com maior abertura do governo venezuelano à cooperação em direitos humanos. Interlocutores do Escritório destacam o acesso a centros de detenção, o compartilhamento de processos judiciais e a permissão para acompanhamento de audiência. A Missão de Verificação de Fatos, por sua vez, atesta o decréscimo das denúncias de violações de direitos humanos registradas na Venezuela em comparação com períodos anteriores, mas chama a atenção para alegadas restrições aos meios de imprensa, cerceamento das liberdades sindicais e perseguição de opositores políticos.

O Brasil vê as instâncias multilaterais do sistema ONU de Direitos Humanos como foros adequados para tratar da promoção e proteção dos direitos humanos e para abordar situações específicas de países, por meio da cooperação técnica, e sem politização ou singularização. O fortalecimento da diplomacia e do diálogo oferecem bases mais sustentáveis para o engajamento com os países e contribuem para apoiar avanços concretos e duradouros na promoção e proteção dos direitos humanos.

Por ocasião da 52ª sessão do CDH, o Brasil fez intervenção na qual reconheceu maior cooperação da Venezuela com o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, encorajou a Venezuela a implementar as recomendações da Revisão Periódica Universal e a aprofundar o relacionamento com os mecanismos do CDH, inclusive com Missão de Verificação de Fatos.

O Brasil também está disposto a explorar bilateralmente caminhos pelos quais a situação de direitos humanos no país possa ser abordada de forma construtiva, em diálogo com o governo da Venezuela e com todos os atores relevantes.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após quase uma década de crise econômica, em 2021, a economia venezuelana iniciou um ensaio de recuperação, em resposta a plano heterodoxo adotado no país. Naquele ano, o crescimento alcançou a cifra de 7%. O plano em questão tem como base a dolarização da economia, já corrente nas transações comerciais e financeiras locais. No ano de 2022, a expansão se incrementou. Segundo o FMI, alcançou o patamar de 11%. Nos números do governo aparece o índice de 15%.

Esse crescimento recente se constrói sobre uma base muito retraída. Entre o final da Presidência Chávez (2013) e a época atual, a base produtiva nacional perdeu 85 por cento, a que corresponde queda semelhante no PIB. Entre os fatores para essa derrocada figuram a instabilidade política interna, a queda internacional nos preços de petróleo e, principalmente, a aplicação de sanções unilaterais norte-americanas

contra o sistema econômico venezuelano, que se viu privado de acesso ao mecanismo Swift de pagamentos internacionais e de controle e uso de suas reservas internacionais depositadas em bancos ocidentais.

A consequência mais visível, e dramática, dessas circunstâncias foi a aceleração da espiral inflacionária, a níveis históricos, chegando a ultrapassar a casa dos 65 mil pontos percentuais no ano de 2018. No ano seguinte, iniciou-se a aplicação do plano heterodoxo de estabilização. Recorreu-se também, ao processo clássico de substituição de importações, e exploraram-se fórmulas de sobrevivência financeira nacional na vigência das sanções, com recurso crescente à associação econômica com matrizes econômico-financeiras alternativas. A inflação reduziu-se ao patamar de 186,8%, em 2022 (FMI), ainda elevado, porém consideravelmente menor que o registrado em anos anteriores.

A recuperação econômica planejada passa pela retomada dos investimentos internos e externos. Um pacto de base permitiu que o empresariado local voltasse a realizar investimentos, sobretudo em setores capazes de promover substituição de importações. O Governo legalizou a entrada de capitais, que se dá, porém, sob as sanções norte-americanas (parcialmente levantadas recentemente), e a manutenção de contas em divisas estrangeiras por particulares.

Em 2023, a economia venezuelana tem dado sinais de desaceleração em relação ao crescimento registrado no ano passado (cerca de 11%, FMI). Segundo dados do Observatório Venezuelano de Finanças - instituição do setor privado -, o PIB teria caído cerca de 7,6% no primeiro trimestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior, e 6,3% no segundo trimestre.

A inflação ainda é grande desafio, sendo o seu controle condição necessária para manutenção da recente tendência de crescimento econômico. O mês de julho registrou inflação de 7,2%, com um acumulado de 115% desde janeiro. Se mantido o ritmo inflacionário atual, o ano encerrará com mais de 200% de inflação.

Com vistas a minimizar os impactos negativos da inflação sobre o poder aquisitivo da população, o governo lançou mão de bonificações extrassalariais, tais com os atuais "bono de alimentación" no valor de USD 40,00/mês e o recém-lançado (15/8) "bono contra la guerra económica" no valor de USD 30,00/mês, que, juntamente com o salário-mínimo, totalizam cerca de USD 75,00/mês.

Com o alívio, temporário, das sanções contra o país, anunciado pelos Estados Unidos, em 18 de outubro, em resposta aos Acordos de Barbados, existe a expectativa de um aumento de investimentos no país, em especial no setor energético, com reflexos positivos para a economia local já para o ano de 2023.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1826	Grã-Colômbia reconhece independência do Brasil
1830	São estabelecidas relações diplomáticas com a Venezuela, que se tornara independente, deixando de ser um departamento da

	Grã-Colômbia.
1843	Miguel Maria Lisboa, o Barão de Japurá, assume como Encarregado de Negócios na Venezuela (agosto).
1859	Assinado, em Caracas, Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e a Venezuela (maio)
1891	Venezuela nomeia seu primeiro Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em caráter permanente, Domingos Santos Ramos, acreditado no Rio de Janeiro (março)
1905	Firmado, em Caracas, protocolos relativos à demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, tal como estipuladas pelo Tratado de 1859
1964	Com base na Doutrina Betancourt (defesa dos regimes democráticos no continente, de 1958), a Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil
1966	São restabelecidas relações diplomáticas da Venezuela com o Brasil
1973	Presidentes Emílio Médici e Rafael Caldera encontram-se no ponto fronteiro “Marco BV-8” e seguem à cidade fronteira de Santa Elena do Uairén. Foi a primeira visita de um Presidente do Brasil à Venezuela. Firmado Convênio Básico de Cooperação Técnica (fevereiro)
1979	Presidente João Figueiredo visita a Venezuela (novembro)
1981	Presidente da Venezuela, Luís Herrera Campíns, visita o Brasil (agosto)
1985	Presidente José Sarney visita a Venezuela (setembro)
1986	Presidente Jaime Lusinchi visita o Brasil (maio)
1987	Presidente José Sarney visita a Venezuela (outubro)
1989	Presidente José Sarney visita a Venezuela (fevereiro)
1992	Presidente Carlos Andrés Pérez visita o Brasil (novembro)
1994	Presidente Itamar Franco visita a Venezuela e firma, com o Presidente Rafael Caldera, o Protocolo da Guzmania, que cria a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) (março)
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (julho)
1996	Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, visita o Brasil (maio)
1997	Eletronorte e Electrificación del Caroní (EDELCA) firmam contrato de compra e venda de energia elétrica da Venezuela

	para o Brasil (abril)
1998	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (novembro)
1999	O Presidente Hugo Chávez realiza sua primeira visita oficial ao Brasil (maio)
1999	Firmado o Acordo de Complementação Econômica n.º 39 (ACE 23) entre Brasil, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela (agosto)
1999	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil para reunião com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Manaus (setembro)
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (abril)
2000	Presidente Hugo Chávez participa da I Cúpula de Presidentes da América do Sul. Mantém encontro bilateral com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília (agosto/setembro)
2001	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil para encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso (abril)
2001	Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez inauguram a interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela (“Linhão de Guri”), com cerimônias em Santa Elena do Uairén e Boa Vista (agosto)
2003	Visita do Presidente Hugo Chávez ao Recife (abril)
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas e Puerto Ordaz (agosto)
2004	Visita do Presidente Hugo Chávez a Manaus (setembro)
2004	Firmado o Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59) entre MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela (outubro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas. É estabelecida a Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela (fevereiro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana, para reunião quadripartite Brasil/Venezuela/Colômbia/Espanha (março)
2005	Encontro dos Presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina em Caracas (junho)
2005	Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília (agosto)
2006	Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília para encontro

	trilateral Brasil-Venezuela- Argentina (janeiro)
2006	Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL em Caracas (junho)
2006	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Ciudad Guayana e participa das cerimônias da inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco e do fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas do campo Carabobo (novembro)
2006	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil (dezembro)
2007	Presidente Chávez visita Manaus para encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos decidem manter encontros periódicos (setembro)
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas (dezembro)
2008	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Hugo Chávez em Manaus para reunião bilateral e encontro quadripartite Brasil-Venezuela-Bolívia-Ecuador (setembro)
2009	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Chávez em Salvador (maio)
2009	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Chávez encontram-se em Caracas e El Tigre, no estado de Anzoátegui (outubro)
2009	Congresso brasileiro aprova o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL (dezembro)
2010	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (abril)
2010	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (agosto)
2011	Presidente Hugo Chávez comparece à cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (janeiro)
2011	Inaugurada a interconexão de fibra ótica entre Manaus e a cidade de Santa Helena, na fronteira da Venezuela (fevereiro).
2011	Presidentes Dilma Rousseff e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (junho)
2011	Presidentes Dilma Rousseff e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (dezembro)
2013	Presidente Dilma Rousseff comparece às exéquias do Presidente Hugo Chávez, em Caracas (março)
2013	Presidente Dilma Rousseff comparece à posse do Presidente

	Nicolás Maduro, em Caracas (abril)
2013	Presidentes Dilma Rousseff e Maduro encontram-se em Brasília (maio)
2014	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da Cúpula BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (17 de julho)
2014	Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Caracas, por ocasião da XLVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (29 de julho)
2015	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da posse da Presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro)
2015	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (17 de julho)
2017	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional venezuelana (fevereiro).
2019	Governo brasileiro reconhece Juan Guaidó como “presidente encarregado” da Venezuela (23 de janeiro)
2019	Visita de Juan Guaidó ao Brasil (28 de fevereiro)
2020	Governo brasileiro determina o fechamento da Embaixada do Brasil em Caracas (16 de abril)
2023	O presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Jorge Rodríguez, comparece à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro de 2023).
2023	Reestabelecimento das relações diplomáticas entre os dois governos e reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas e da Embaixada da Venezuela em Brasília (janeiro de 2023)
2023	Visita Oficial do Presidente Maduro a Brasília (29 de maio)
2023	Participação do Presidente Maduro na Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul em Brasília (30 de maio)
2023	Visita da Vice-Presidente Delcy Rodríguez a Belém, por ocasião da Cúpula da Amazônia (8 e 9 de agosto)

ACORDOS BILATERAIS				
	Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
1.	Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Império do Brasil e o	Venezuela	05/05/1859	Em Vigor

	Estado da Venezuela			
2.	Segundo Protocolo Relativo à Demarcação das Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da Venezuela.	Venezuela	09/12/1905	Em Vigor
3.	Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos de Venezuela.	Venezuela	03/06/1919	Em Vigor
4.	Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela	Venezuela	13/04/1926	Em Vigor
5.	Protocolo Relativo à Demarcação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	24/07/1928	Em Vigor
6.	Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelana.	Venezuela	07/11/1929	Em Vigor
7.	Tratado de Extradicação entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	07/12/1938	Em Vigor
8.	Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	30/03/1940	Em Vigor
9.	Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da Venezuela.	Venezuela	30/01/1946	Em Vigor
10.	Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Venezuela para a Criação de Comissão Mista de Comércio Brasil-Venezuela	Venezuela	13/04/1960	Em Vigor
11.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1971	Em Vigor
12.	Acordo para a Reativação da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	20/05/1971	Em Vigor
13.	Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	16/06/1971	Em Vigor
14.	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Venezuela	Venezuela	20/02/1973	Em Vigor

15.	Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/02/1973	Em Vigor
16.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	22/06/1973	Em Vigor
17.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	16/07/1975	Em Vigor
18.	Acordo sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	06/04/1976	Em Vigor
19.	Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Venezuela.	Venezuela	16/11/1977	Em Vigor
20.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
21.	Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
22.	Convênio de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
23.	Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	20/11/1977	Em Vigor
24.	Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	05/03/1979	Em Vigor
25.	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	27/07/1979	Em Vigor

26.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
28.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
29.	Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
30.	Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	05/05/1981	Em Vigor
31.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	11/08/1981	Em Vigor
32.	Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	19/02/1982	Em Vigor
33.	Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacífico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	30/11/1983	Em Vigor
34.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
35.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela na Área das Comunicações.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
36.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
37.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	16/10/1987	Em Vigor
38.	Acordo, por Troca de Notas, para Execução do Programa de	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor

	Cooperação Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela			
39.	Acordo, por Troca de Notas, para a criação de mecanismo permanente de cooperação que favoreça a análise, sob enfoque técnico, de temas e fatos no âmbito consular e a promoção de soluções práticas tendentes à superação de dificuldades conjunturais que possam vir a afetar o relacionamento bilateral, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor
40.	Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor
41.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de uma Zona ``Non Aedificandi `` na Fronteira entre os Dois Países.	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor
42.	Acordo sobre Transporte Aéreo Regular entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	11/11/1988	Em Vigor
43.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Circulação de Turistas	Venezuela	20/06/1990	Situação especial
44.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, no Quadro do Convênio Básico de Cooperação Técnica, de 20 de fevereiro de 1973, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	20/06/1990	Em Vigor
45.	Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta	Venezuela	20/06/1990	Em Vigor
46.	Declaração Conjunta Brasil - Venezuela	Venezuela	20/07/1990	Em Vigor
47.	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa	Venezuela	14/02/1992	Em Vigor

	do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Entrada em Vigor do Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços			
48.	Protocolo da Guzmania - Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela de 17 de novembro de 1977	Venezuela	04/03/1994	Em Vigor
49.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	04/03/1994	Em Vigor
50.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela que Autoriza os Dependentes dos Funcionários Acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de Ambos os Países a Desempenharem Trabalho Remunerado	Venezuela	29/07/1994	Em Vigor
51.	Memorandum de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Venezuela sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático, Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos "Pedro Gual" "	Venezuela	29/07/1994	Em Vigor
52.	Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
53.	Ata de Miraflores.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
54.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. para Cooperação em Matéria de Planejamento.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
55.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
56.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor

	da Venezuela para o Desenvolvimento das Telecomunicações.			
57.	Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
58.	Declaração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
59.	Declaração de Caracas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
60.	Comunicado Conjunto - Ata do Planalto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1996	Em Vigor
61.	Declaração de Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1996	Em Vigor
62.	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	11/04/1997	Em Vigor
63.	Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal.	Venezuela	08/12/1997	Em Vigor
64.	Declaração de Santa Elena de Uairén entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	23/11/1998	Em Vigor
65.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística	Venezuela	08/02/2000	Em Vigor
66.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa Bolivariana da Venezuela sobre Isenção de Visto em Passaporte Oficial/de Serviço	Venezuela	08/02/2000	Em Vigor
67.	Declaração Presidencial de Caracas.	Venezuela	06/04/2000	Em Vigor

68.	Ajuste Complementar ao Acordo Cultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias.	Venezuela	06/04/2000	Em Vigor
69.	Emenda, p.t.n., ao Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística	Venezuela	11/07/2000	Em Vigor
70.	Memorando de Entendimentos entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
71.	Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
72.	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios.	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
73.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
74.	Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	14/02/2005	Tramitação Congresso Nacional
75.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
76.	Comunicado Conjunto - Aliança	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor

	Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.			
77.	Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	Venezuela	30/12/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
78.	Declaração do Rio de Janeiro entre Brasil e Venezuela - Primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul.	Venezuela	18/01/2007	Em Vigor
79.	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela na Área da Infra-Estrutura	Venezuela	23/04/2007	Em Vigor
80.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
81.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
82.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
83.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Produção de Mudas e Beneficiamento Ecológico do Café ``. entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
84.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor

	Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela ``			
85.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
86.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon `` entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
87.	Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
88.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Segurança e Soberania Alimentares entre o Brasil e a Venezuela.	Venezuela	26/03/2008	Em Vigor
89.	Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	26/03/2008	Em Vigor
90.	Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	27/06/2008	Tramitação Congresso Nacional
91.	Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén.	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
92.	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor

	Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela			
93.	Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela em Matéria Siderúrgica.	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
94.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana de Venezuela sobre Cooperação Ambiental	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
95.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Venezuela	27/06/2008	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
96.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação de um Programa de Produção de Soja	Venezuela	30/09/2008	Em Vigor
97.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Agricultura Familiar	Venezuela	30/09/2008	Em Vigor
98.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	30/09/2008	Situação especial
99.	Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial	Venezuela	16/01/2009	Em Vigor
100.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Setor Elétrico	Venezuela	16/01/2009	Em Vigor
101.	Mercosul e Programa de Liberalização Comercial – Programa de Liberación Comercial entre la República Federativa del Brasil y la República Bolivariana de Venezuela.	Venezuela	25/05/2009	Situação especial

102.	Programa de Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Assistência Técnica na Área de Agricultura Familiar.	Venezuela	26/05/2009	Em Vigor
103.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Moradia e Habitação	Venezuela	26/05/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
104.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela, para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
105.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de um Regime de Depósitos Francos	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
106.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos.	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
107.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
108.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas”	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
109.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre a Criação de Grupo de Trabalho para a Negociação de Acordo Relativo ao	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor

	Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço			
110.	Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
111.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
112.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	Venezuela	28/04/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
113.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
114.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Centro Nacional de Monitoramento com Fins Agrícolas	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
115.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Distrito Polo de Desenvolvimento no Sul do Estado Bolívar, Município Gran Sabana de Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
116.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
117.	Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela.	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
118.	Acordo para o Desenvolvimento do Transporte Turístico Internacional Ocasional por Rodovia entre o Governo da República Federativa	Venezuela	06/08/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil

	do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela			
119.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço.	Venezuela	06/08/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
120.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela”	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
121.	"Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e os Ministérios do Poder Popular para a Agricultura Produtiva e Terras; para as Comunidades e os Movimentos Sociais; para a Alimentação; e de Agricultura Urbana da República Bolivariana da Venezuela em Matéria Agroalimentar"	Venezuela	30/05/2023	Tramitação MRE
122.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela para o estabelecimento do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela	Venezuela	30/05/2023	Em Vigor
123.	Declaração Conjunta de Brasília entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduros Moros	Venezuela	30/05/2023	Tramitação MRE